

A ordem VS em PE e em PB: construções de tópico e de foco em português

*Maria Cristina Figueiredo Silva, Izete Lehmkuhl Coelho
& Sérgio de Moura Menuzzi*

Universidade Federal de Santa Catarina e Pontifícia Universidade Católica – RS

1. Introdução

Esta é a primeira comunicação do grupo que trabalha com a ordem sujeito-verbo no Projeto PEPB 2000 e talvez por isso mesmo algumas observações iniciais se façam necessárias. A primeira delas diz respeito ao fato de a parceria com os pesquisadores portugueses ainda não estar costurada – esperamos que este congresso nos possibilite o encontro. A segunda diz respeito à fase de trabalho em que estamos: é nítido que estamos naquela parte da arrumação em que tudo vira desordem para depois encontrar seu lugar. Ainda não temos a quantificação dos dados nem do português europeu, nem do português brasileiro – vamos ter os primeiros resultados no próximo colóquio do projeto. Por enquanto, estamos fazendo indagações de cunho mais teórico, porque temos visto que o problema da ordem se relaciona com vários outros problemas, entre eles o parâmetro do sujeito nulo (em alguma de suas formulações) e a estrutura informacional do enunciado, mais precisamente a expressão de foco e de tópico nas línguas naturais.

Assim, vamos falar aqui de alguns dados de escrita do português europeu coletados de maneira impressionística, digamos, no material que o Projeto PEPB 2000 colocou à disposição dos pesquisadores, por um lado, e por outro de alguns dados do português brasileiro que fazem parte da tese de doutorado de Izete L. Coelho, que quantifica um *corpus* da variante do português brasileiro falado em Florianópolis (cf. Coelho, 2000).

2. Pressupostos

Ainda que não tenhamos um quadro muito claro das semelhanças e diferenças entre as variantes européia e brasileira do português, já temos algum conhecimento construído sobre alguns pontos. Em particular, parece ser consenso que o preenchimento da posição sujeito pré-verbal é uma região de diferença entre essas variantes – mesmo que os *corpora* eleitos pelo Projeto PEPB 2000 não revelem com tanta nitidez o contraste, porque na escrita dita culta do PB há uma tendência forte ao não preenchimento da posição sujeito. No entanto, não há como negar essa diferença de

base (cf. Duarte, 1995). Vamos adotar a hipótese de trabalho de que o PE ainda é uma língua de sujeito nulo, ao passo que o PB não tem mais essa propriedade.

Ora, a conexão entre os temas sujeito nulo e inversão sujeito-verbo é histórica no quadro da gramática gerativa. Pelo menos na formulação clássica do parâmetro do sujeito nulo (cf. Chomsky 1981, 1982; Rizzi, 1982), essas duas propriedades aparecem completamente interligadas. Sabemos hoje que o quadro clássico requer várias qualificações. A inversão não é “livre”, mas pode depender do tipo de sujeito (se definido ou indefinido, específico ou não específico, etc.), do tipo de verbo (se inacusativo ou não, cf. Belletti, 1988), para não falarmos de outros fatores (por exemplo, de movimento do verbo). E a noção de “sujeito nulo” também se tornou complexa no quadro atual: não só as análises dos “sujeitos pronominais nulos” são hoje bastante diversas das análises clássicas (por exemplo, inúmeras análises correntes presumem que, no caso de “sujeitos nulos”, a posição de sujeito na verdade *não* é ocupada por um pronome nulo, cf. Speas 1994, Grimshaw & Samek-Lodovici 1995, Kato, 1999), como também existem inúmeros casos (diferentes entre si!) de posições de sujeito não preenchidas lexicalmente que dificilmente poderiam ser ligadas de alguma forma à propriedade da inversão.

Mesmo assim, a tentativa de conectar “sujeitos nulos” e “inversão verbo-sujeito” continua sendo um desafio válido, porque parece existir aí uma generalização com algum grau de verdade que seria interessante captar. Vamos também tomar como hipótese inicial de trabalho que essas propriedades podem ser expressas de maneira clara e que há uma relação específica entre elas.

3. Questões

Se o conjunto de hipóteses gerais que acabamos de fazer está correto, já podemos fazer algumas predições e, portanto, algumas perguntas. Em particular, se existe uma diferença significativa entre o PE e o PB no que tange ao preenchimento da posição sujeito pré-verbal, é esperada alguma diferença entre essas duas variantes com respeito ao sujeito pós-verbal. A primeira questão então é: existe diferença significativa entre o PE e o PB com relação à posposição do sujeito? E a segunda questão segue-se da primeira: se existe, de que natureza ela é?

Observe-se que estamos utilizando o termo *posposição*, mas não estamos com isso querendo assumir desde já que existe efetivamente um processo sintático que tira o sintagma da posição sujeito pré-verbal e o coloca em alguma posição pós-verbal. Pode ser simplesmente o caso de não termos movido o sintagma para a posição pré-verbal. A decisão entre essas (e outras) opções será feita mais tarde, quando entendermos melhor o que está acontecendo nas construções que encontramos em cada língua.

É preciso também fazer um outro tipo de pergunta aqui, que terá implicações das mais diversas mais tarde: a diferença entre o PE e o PB com relação ao sujeito pré-verbal é reveladora de algum tipo de diferença em termos de estrutura frasal

que está em jogo em cada uma dessas variantes? Dito de outra forma: diferenças em frequência se correlacionam com diferenças estruturais? Nada diz que sim, como nada diz que não, pelo menos *a priori*. Vamos assumir a hipótese nula, por enquanto: PE e PB têm a mesma estrutura frasal, as mesmas projeções sendo preenchidas basicamente pelos mesmos elementos. Se com essa asserção de base não for possível explicar os fatos que encontrarmos, formularemos uma outra hipótese. E já que estamos falando em hipóteses...

4. Hipóteses específicas

Talvez seja bom dizer de onde estamos tirando nossas hipóteses mais específicas com respeito ao tipo de fenômeno que esperamos encontrar nos *corpora* do PE e do PB. As hipóteses quanto ao funcionamento do português brasileiro foram formuladas a partir dos resultados obtidos por Coelho (2000). Quanto ao funcionamento do português europeu, devemos confessar que nossas hipóteses iniciais não se baseiam ainda em qualquer resultado quantitativo, mas em nossas observações cursórias dos *corpora* de PE adotados pelo Projeto PEPB 2000, bem como em observações reportadas na literatura (especialmente Costa, 1998).

A literatura sobre VS é hoje farta em gramática gerativa. E o que atualmente se sabe sobre esse fenômeno é que VS e SV não estão em variação livre, mas, ao contrário, em distribuição complementar. O que parece estar em jogo é a interpretação das estruturas, no sentido de que as línguas que aceitam VS e SV atribuem interpretações diferentes para cada uma dessas ordens, de modo que elas não são intercambiáveis em qualquer contexto (cf. Costa, 1998 e referências lá citadas).

Existem inúmeras maneiras de formular essa diferença e uma parte considerável da nossa energia será devotada sem dúvida à tentativa de desfazer o nó teórico criado pela profusão terminológica nesse campo, que, diga-se de passagem, não é exatamente o campo mais confortável para sintaxistas. Vamos fazer a primeira formulação das hipóteses nos termos utilizados por Kato (a sair), entre outros estudiosos: *tópicos* (informação dada) e *focos* (informação nova) e, internamente a estes últimos, *foco largo* (resposta a questões como “o que aconteceu?”) e *foco estreito* (resposta a questões como “quem viajou?” ou “quem chegou?”). Já temos indícios diversos de que há mais coisas em jogo, mas por enquanto vamos supor que esses termos recobrem a realidade de maneira satisfatória.

Com esse vocabulário mínimo vamos formular as hipóteses específicas:

1. Em construções inacusativas, o processo de posposição é comum às duas línguas, com as mesmas propriedades (o tão falado efeito de definitude/especificidade, cf. Belletti 1988, Enç 1991):

- (1) – Quem chegou?
- Chegou um menino

- (2) – O que aconteceu?
– Caiu um avião em Madagascar

Como se pode observar em (1) e (2), estão disponíveis tanto a interpretação de foco estreito quanto a de foco largo para as duas variantes do português. Curiosamente, quando é um sintagma definido que faz as vezes de sujeito, o PB parece ser ainda mais restrito que o PE: somente a interpretação de lista é possível, como ilustrado em (3):

- (3) – Quem chegou?
– Chegou o menino (dentre todas as pessoas que deviam chegar)

Em PE, os falantes nativos não parecem exigir a frase entre parênteses na resposta acima.

2. Em construções intransitivas (ou inergativas), aparentemente PB e PE também se comportam de maneira semelhante: quando a interpretação é a de foco estreito, nas duas variedades é possível o sujeito pós-verbal, ainda que supostamente com frequência muito menor em PB – novamente, o PB tem uma restrição adicional ao uso dessa construção e seria muito interessante que a explicação do fenômeno tivesse algo a dizer sobre isso. No entanto, quando a interpretação é a de foco largo, nenhuma das duas variedades aceita o sujeito posposto, como vemos no contraste entre (4) e (5):

- (4) – Quem viajou?
– Viajou um menino/o menino/o Pedro (das pessoas que viajariam)
- (5) – O que aconteceu?
– * Viajou um menino/o menino/o Pedro

3. Em contextos transitivos, tanto o PE quanto o PB aceitam o que chamaremos de *posposição marcada*, uma construção com o tópico à direita, como exemplificado em (6) abaixo com uma frase do português brasileiro:

- (6) (elas) estão comendo muito chocolate, essas crianças (não estão?)

No entanto, a construção focalizada só é possível em PE, seja ele foco estreito ou foco largo (cf. Costa, 2000)

5. Algumas possibilidades analíticas

A primeira constatação a fazer de cunho teórico já foi avançada nas seções precedentes: é muito difícil fazer a escolha da melhor análise para VS. Em primeiro

lugar porque pode se tratar simplesmente de uma construção de alçamento do verbo para C, como parece ser o caso em (7) abaixo, do português europeu, extraído de uma entrevista da Revista *Visão*:

- (7) Não vou começar a dar opiniões sobre a RTP na mesmíssima altura em que a deixo, para mais tendo eu uma dívida de gratidão enorme à empresa.

Observe-se que tal frase é impossível no PB falado atualmente, ainda que marginalmente seja possível encontrá-la no registro escrito. Em todo o caso, aqui estaria em discussão uma diferença entre as duas variantes no que tange ao movimento do verbo. Pode acontecer que cheguemos à conclusão de que não é possível deixar de lado essa discussão no estudo da ordem VS...

Mas mesmo quando não estamos frente a casos clássicos de movimento do verbo para C, dependendo da análise das estruturas focalizadas estaremos sempre trabalhando com a periferia esquerda da sentença – por exemplo, a análise que Ambar (1999) oferece sugere que a interpretação focalizada coloca em jogo sempre uma ou várias projeções acima de IP, isto é, fora dos limites da sentença. É preciso dizer que Ambar (1999) trabalha com dois tipos de foco – foco apresentacional e foco contrastivo – e a primeira escolha que fizemos aqui foi de falar apenas de foco apresentacional, que Ambar também reconhece como tendo os subcasos foco largo e foco estreito.

Não vamos perseguir aqui esta abordagem, porque temos razões para crer que o verbo não se move para C em PB atual – a impossibilidade de (7) nesta variante é um dos argumentos para esta afirmação. Se efetivamente não existir uma outra análise para a variante europeia, estaremos frente a um caso extremo: as duas variantes têm VS, com a mesma interpretação de foco, mas estamos falando de estruturas frasais distintas, já que o PE estaria utilizando a periferia esquerda da sentença e o PB não. Pode ser que esta conclusão seja a única possível, mas não queremos começar por ela.

Entretanto, afirmar que VS se dá (ou pelo menos pode se dar) dentro dos limites da frase não nos dá imediatamente as diferentes posições ocupadas pelo DP que faz as vezes de sujeito. Por exemplo, Duarte (1997) analisa a ordem SV como o DP ocupando Spec AgrSP, ao passo que a ordem VS como tendo o DP em Spec TP. Os exemplos relevantes estão em (8) abaixo (exemplos (22b) e (23d) da autora):

- (8) a. Chegou a carta (como resposta a “o que é que chegou?”)
b. Um carta perfumada chegou esta manhã pelo correio

Não obstante o fato de Duarte (1997) estar utilizando um aparato teórico que comporta foco informacional e foco identificacional em contraste com tópicos, apresentação D-linked e expressão de juízos téticos e categóricos, ao menos parcialmente suas observações podem ser recobertas pelos termos que estamos utili-

zando aqui, de modo que sua análise é perfeitamente compatível com os dados apresentados aqui.

Mas essa não é a única opção: Belletti (1999), estudando os sujeitos pospostos do italiano, também afirma que eles são focalizados, no sentido de que veiculam informação nova. Para ela, no entanto, a posição ocupada por eles é suficientemente baixa na estrutura, na verdade uma posição imediatamente acima de VP, capaz de licenciar DPs desde que com interpretação focalizada. Belletti afirma tratar-se da posição Spec FocusP, interior à sentença, com propriedades interpretativas semelhantes às que encontramos no Spec FocusP presente na periferia esquerda da sentença.

E, obviamente, nada exclui nos movermos para um quadro teórico diferente, a Teoria da Optimalidade, no qual seria perfeitamente possível uma análise de estruturas VS em que o DP não se moveu da sua posição de base (seja ela Spec VP ou não), estando legitimado aí por um ordenação de prioridades da língua em questão que considera Atribuir Foco mais importante que Atribuir Caso (cf. Costa, 1998).

A escolha por uma dessas análises dependerá dos tipos de estruturas que encontrarmos nos dados: a melhor análise é aquela que explica o maior número de dados com o menor custo teórico possível (uma coisa nem sempre muito fácil de avaliar...). Parece então fundamental examinarmos os dados.

6. Algumas observações preliminares

À guisa de ilustração do tipo de diferença que esperamos encontrar, gostaríamos de apresentar aqui brevemente alguns dos casos que pretendemos investigar detalhadamente. No que diz respeito ao PB, o trabalho de Coelho (2000), cruzando fatores como a natureza do verbo e o traço semântico do DP, revelou três situações bastante particulares: (i) verbos intransitivos mostraram-se inibidores da posposição, com apenas 3% de VS. Uma explicação para essa restrição, segundo a autora, pode estar relacionada ao fato de 91% dos dados (477/524) se manifestarem em contextos definidos e específicos; (ii) no outro extremo, verbos inacusativos existenciais foram favorecedores da posposição – 95% dos casos. Esta quase categoricidade pode ser explicada também através da restrição semântica: 79% dos verbos existenciais (314/398) tomam um DP não definido e não específico como argumento; (iii) já construções inacusativas não existenciais mostraram-se em maior variação, manifestando a ordem VS em 78% dos casos em que o DP é não definido e não específico, em 47% dos casos em que o DP é não definido mas é específico, contra 5% dos casos em que o DP é definido e específico. A variabilidade está de fato condicionada ao traço semântico do DP.

Estes resultados parecem confirmar uma observação feita por Costa (2000) de que o melhor dos mundos possível é aquele em que o sujeito definido (e específico) ocupa a posição pré-verbal e é interpretado como tópico, mas o sujeito indefinido (e não específico) ocupa a posição pós-verbal e é interpretado como foco. É de notar, em todo o caso, que é possível encontrarmos os seguintes dados nas entrevistas das revistas portuguesas:

- (9) a. Se alguma coisa acontece (...) – DP indefinido em posição pré-verbal
 b. A fórmula existe há anos (...) – DP definido em posição pré-verbal
- (10) a. Há muito mais trabalho do que no *Herman 99* – DP indefinido pós-verbal
 b. Havia o projeto de organizar uma lista (...) – DP definido pós-verbal

Todas as combinações parecem possíveis, inclusive aquela expressa em (10b), que aliás é perfeitamente possível também em PB falado, em que um DP definido e específico se apresenta na ordem VS (talvez a única ordem possível), ao contrário do melhor dos mundos...

E se até aqui falamos de frases que levantam problemas específicos para uma análise consistente do fenômeno VS, vamos apresentar agora outras sentenças que talvez não apresentem problemas bem delineados, mas que são de qualquer forma dados que estão aguardando uma explicação.

O primeiro deles é o famoso contexto de *Heavy NP Shift*, o que quer que seja isso:

- (11) Se alguém sonha que nos fez bom proveito a comida que comemos (...)

A dependência da presença da oração relativa no DP sujeito para que esta ordem seja perfeita também em português brasileiro faz pensar que mesmo em português europeu, de onde foi extraída esta sentença, estamos frente a um fenômeno à parte.

O segundo é um tipo de inversão que parece perfeitamente gramatical em PE mas que em PB atual soa no mínimo muito estranho. Trata-se, supõe-se, de contextos de inversão wh, como em sentenças relativas:

- (12) a. A regra é a mesma que usam os americanos: (...)
 b. Cheguei a um ponto em que se me queimaram os fusíveis (...)

Se vamos tratar as relativas como frases declarativas, contexto em que estamos examinando até aqui a formação VS, a pergunta que colocamos aqui é: estamos de fato falando de inversão? Que posição ocupa o verbo nessas frases?

E pra terminar falando de estranheza, o que dizer de um exemplo como (13), completamente agramatical em PB oral ou escrito, mas que foi extraído de uma entrevista do PE?

- (13) E ainda dizem que está legislação para sair que diz que (...)

Talvez no próximo encontro do Projeto PEPB já tenhamos algo a dizer sobre ele...

Referências Bibliográficas

- AMBAR, M. (1999) "Aspects of the Syntax of Focus in Portuguese". In: Rebuschi, G. & L. Tuller (eds.) *The Grammar of Focus*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- BELLETTI, A. (1988) "The Case of Unaccusatives". *Linguistic Inquiry* 19(1), p.1-34.
- _____. (1999) "Inversion as Focalisation". Ms. Università di Siena.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- _____. (1982) *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*. Cambridge: MIT Press.
- COELHO, I. (2000) *A ordem V DP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. Tese de doutorado, UFSC.
- COSTA, J. (1998) *Word Order Variation. A constraint-based approach*. Tese de doutorado, HIL/Leiden University.
- COSTA, J. (2000) "Word Order and Discourse-Configurability in European Portuguese". In: Costa, J. (org.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- DUARTE, I (1997) "Ordem das palavras: sintaxe e ordem discursiva". In: Brito, A.M. et alii (eds.) *Sentido que a vida faz: estudos para Óscar Lopes*. Lisboa: Campo das Letras.
- DUARTE, M.E.L. (1985) *A perda do princípio "Evite pronome" no português brasileiro*. Tese de Doutorado, UNICAMP.
- ENÇ, M. (1991) "The Semantics of Specificity". *Linguistic Inquiry* 22(1), p.1-25.
- GRIMSHAW, J. & SAMEK-LODOVICI, V. (1995) "Optimal Subjects". *University of Massachusetts Occasional Papers in Linguistics* 18, p.589-605.
- KATO, M (a sair) "A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil". *Fórum Lingüístico* 2. Florianópolis: Pós-Graduação em Lingüística, UFSC.
- KATO, M. (1999) "Strong and Weak Pronominals in the Null Subject Parameter". *Probus* 11, p.1-37.
- RIZZI, L. (1982) *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris.
- SPEAS, M. (1994) "Null Arguments in a Theory of Economy of Projection". *University of Massachusetts Occasional Papers in Linguistics* 17, p. 179-208.